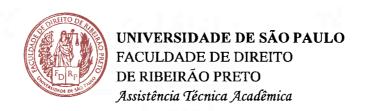
CONGR E G A

ATA

Sessão de 14.09.2018

FDRP



1 ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Aos 2 quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às quatorze horas e vinte minutos, na 3 Sala da Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 4 5 em primeira convocação, reúne-se a Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto -6 FDRP, sob a Presidência da Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano, Diretora da Unidade; 7 com a presença: dos Presidentes de Comissões, Profs. Drs.: Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (Comissão de Graduação) e Caio Gracco Pinheiro Dias (Comissão de Pesquisa); 8 dos Chefes de Departamentos, Profs. Drs.: Gustavo Assed Ferreira (Departamento de Direito 9 Público), Cristina Godoy Bernardo de Oliveira (Departamento de Filosofia do Direito e 10 Disciplinas Básicas) e Jair Aparecido Cardoso (Departamento de Direito Privado e de Processo 11 12 Civil); dos Representantes das Categorias Docentes de: - Professores Titulares, Profs. Drs.: Ignácio Maria Poveda Velasco, Silvana Martins Mishima e Umberto Celli Junior, - Professores 13 Associados, Prof. Dr.: Alessandro Hirata e Cíntia Rosa Pereira de Lima; - Professores Doutores, 14 Profs. Drs.: Eliana Franco Neme e Sebastião Sérgio da Silveira (Suplente); do Representante 15 Discente de Graduação: Yan Bogado Funck; da Representante Discente de Pós-Graduação: 16 Aline Lemos Reis Bianchini; e da Assistente Técnica Acadêmica, Senhora Márcia Aparecida 17 Cruz de Oliveira Bianco, para secretariar a reunião. <u>Iustificaram ausência</u>: Senhora Vice-18 Diretora, Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro, Prof. Dr. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, 19 Prof. Dr. Nelson Mannrich, Cláudio do Prado Amaral, Rubens Beçak, Paulo Eduardo Alves da 20 Silva e Maria Hemília Fonseca. Havendo número legal, a Senhora Diretora agradece a presença 21 de todos e declara abertos os trabalhos da 82ª Sessão Ordinária da Congregação da Faculdade 22 23 de Direito de Ribeirão Preto. I. EXPEDIENTE. 1. Discussão e votação: 1.1. Ata da 81ª Sessão Ordinária da Congregação, realizada em 03/08/2018. Colocada em votação, a 24 Congregação aprova, por maioria dos presentes (onze votos favoráveis e uma abstenção), a Ata 25 da 81ª Sessão Ordinária da Congregação, realizada em 03/08/2018. 2. Comunicações da 26 Diretoria: - Senhora Diretora, Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano. A Senhora 27 28 Diretora destaca que, de 15 a 17/08/2018, foi realizada a Semana Jurídica, com grandes nomes do Direito nacional, organizada pela Comissão Coordenadora da Semana Jurídica da 29 FDRP/USP, no Auditório e na Sala da Congregação da FDRP/USP. Observa que, exatamente 30 como aconteceu com a Semana de Recepção aos Calouros, tiveram pouca colaboração presença 31 dos discentes. Diz que pediu a Sra. Márcia, e está fazendo em público agora, para, na última 32 reunião da Congregação, discutirem e aceitarem sugestões de datas, períodos, temas e 33 convidados, que possam trazer efetivamente os discentes. Não estão promovendo a Semana 34 Jurídica e a Semana de Recepção aos Calouros apenas para os docentes, na realidade, são para 35 os discentes. Chamou atenção a pouca adesão dos discentes. Pede a colaboração de todos para 36 marcarem para o ano que vem. Não são todos os eventos, mas, esses dois, em especial, são para 37 38 os discentes. Diz que gosta muito da transparência, tudo transparente. Portanto, se surpreendeu e gostaria de, eventualmente, surpreender todos, com o reclamo de um pai de uma aluna do 39 primeiro ano da FDRP. Diz que ele escreveu para a Assistente Acadêmica, Sra. Márcia e está 40

relatando a ausência de professores em sala de aula com muita frequência, prejudicando o 41 desempenho e o interesse dos alunos. Acredita que a Faculdade de Direito deve ter esse 42 43 controle, por isso que encaminharam para a Comissão de Graduação. Outro ponto, o Dr. 44 Kennedy Carvalho salienta que vão muito bem as disciplinas de Direito Civil, Penal e Processo Civil, que têm um corpo docente de bom nível, mas os demais professores estão deixando 45 muito a desejar. O processo foi encaminhado à Comissão de Graduação para fazer um relato, 46 propor o que é de direito, sindicância ou outra providência. O pai, Sr. Kennedy Carvalho foi 47 devidamente atendido e está sendo comunicado dos resultados e dos avanços da investigação. 48 Comenta que a Sra. Vice-Diretora, Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro, parece que está 49 50 acompanhando um aluno da FDRP junto à clínica psiquiátrica aqui no Campus. Parece que o aluno não tem familiares dispostos a acompanhar. 3. Eleições. 3.1. Eleição para Vice-51 52 Presidente da Comissão de Pesquisa, mandato de 14/09/2018 a 15/09/2019: -53 Professores indicados pelo Presidente da Comissão de Pesquisa (Artigo 48-A do Estatuto da USP): 1) Professor Doutor Camilo Zufelato; 2) Professor Associado Márcio Henrique Pereira 54 55 Ponzilacqua; 3) Professor Doutor Paulo Eduardo Alves da Silva. A Senhora Diretora proclama 56 os resultados: Professor Doutor Camilo Zufelato 7 (sete) votos; Professor Associado Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua 6 (seis) votos; Professor Doutor Paulo Eduardo Alves da Silva 1 57 (um) voto e 1 (um) voto nulo. A Congregação elege, com 7 (sete) votos, o Professor Doutor 58 Camilo Zufelato para Vice-Presidente da Comissão de Pesquisa da FDRP. 3.2. Eleições para 59 60 membros de Comissões da FDRP: 3.2.1. Comissão de Graduação: 1 membro titular e 1 61 membro suplente, mandatos de 26/09/2018 a 25/09/2021. Interessados: titular: Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso e suplente: Prof. Dr. Camilo Zufelato. A Senhora Diretora proclama 62 os resultados: titular. Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso 13 (treze) votos, suplente: Prof. Dr. 63 Camilo Zufelato 11 (onze) votos e 2 (dois) votos em branco. A Congregação elege, com 13 64 (treze) votos, o Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso e, com 11 (onze) votos, o Prof. Dr. Camilo 65 66 Zufelato, para membro titular e suplente, respectivamente, da Comissão de Graduação da FDRP. 3.2.2. Comissão de Pesquisa: 1 membro titular e 1 membro suplente, mandatos 67 de 20/09/2018 a 19/09/2021. Interessados: titular: Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva e 68 suplente: Profa. Dra. Iara Pereira Ribeiro. A Senhora Diretora proclama os resultados: titular. 69 Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva 11 (onze) votos, suplente: Profa. Dra. Iara Pereira 70 71 Ribeiro 11 (onze) votos e 4 (quatro) votos em branco. A Congregação elege, com 11 (onze) votos, o Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva e com 11 (onze) votos, a Profa. Dra. Iara 72 Pereira Ribeiro, para membros titular e suplente, respectivamente, da Comissão de Pesquisa. Na 73 sequência, a Senhora Diretora comunica a suspensão das demais eleições, itens 3.2.3 e 3.2.4., 74 para realizar uma consulta à Procuradoria Geral se o mesmo docente pode pertencer a todas as 75 Comissões concomitantemente. Gostaria que a Procuradoria se manifestasse, já que têm vários 76 77 outros casos. 4. Palavra aos Senhores Presidentes de Comissões: Comissão de Graduação. O Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho relata a 78 79 estruturação e a aprovação no âmbito da Comissão de Graduação de um Programa de Bem 80 Estar e Saúde Mental, acerca do qual vinham falando nas últimas reuniões, e que avançou um pouco. Tiveram uma parceria com o Hospital das Clínicas e o Hospital Dia, onde o Prof. Sérgio, responsável pelo Serviço Psiquiátrico daquela Unidade e coordenador do Grupo Comunitário de Saúde Mental do HC, esteve presente aqui na FDRP, abrindo uma série de atividades, discutindo com cerca de cem alunos e seis professores essas questões. Enfrentaram, entretanto, dificuldade com um aluno que apresentou necessidade e se mostrou merecedor de tratamento e de acolhimento. Têm procurado fazer, encontrando grandes dificuldades aqui na USP em termos de falta de preparo. Não existe na Universidade uma rotina, um modo de proceder que possam seguir, nem mesmo instituições efetivamente preparadas para acolhê-los. Graduação, Diretoria, professores e alunos, que possuem a tarefa de lidar com essa questão. Ainda sim, com a Diretoria, têm tratado disso da melhor forma possível, junto aos serviços de acompanhamento psicológico e psiquiátrico aqui do Campus. Procuraram parcerias com o Departamento de Psicologia. Apresentarão nessa Congregação uma minuta de resolução, uniformização e institucionalização deste Programa no âmbito da Unidade. A CG está reestruturando o Programa que aprovou no âmbito da Graduação. Vai sugeri-lo como um Programa de toda FDRP. Terão oportunidade de discutirem isso na próxima reunião. Diz que gostaria de dar conta dessa reclamação que tiveram de um pai de aluno do primeiro ano, que agora a pouco a Senhora Diretora rememorou. E de fato, tiveram a visita de um pai preocupado indicando a ocorrência de ausência de professores no primeiro ano e alguns deixando a desejar. Com respeito a tudo isso, eles da Graduação procuram levar muito sério essa indicação. Já têm discutido isso aqui na Congregação, apresentado preocupações às questões dessa natureza. As providências adotadas foram que imediatamente entraram em contato com todos os professores do primeiro ano, procurando entender o que acontecia. Se havia, por acaso, aulas que não vinham sendo dadas e que, efetivamente, tenham deixado de ser ministradas, sem que o devido registro junto à Graduação tivesse sido feito. Apuraram que um ou outro adiamento de aula, efetivamente, aconteceu sem o competente registro, aquele formulário que preenchem quando precisam fazer substituição. Apuraram, também, que essas aulas já estavam com suas reposições combinadas com os alunos. Asseguraram junto a todos esses professores de que todas essas aulas seriam repostas. Solicitaram aos professores atenção com respeito aos conteúdos programáticos e ao seu cumprimento. Vão monitorar essa questão até o final do semestre, conforme a solicitação da Diretoria, de modo a retornar à Congregação a informação acerca do desfecho da questão. Assim, prometeu que o faria para o próprio pai do aluno, que apresentou a sua preocupação, com quem conversou e voltará a conversar no final do semestre, para obter a sua impressão acerca da regularização das questões apresentadas. Quer dar conta da realização de uma viagem internacional que fizeram a diferentes universidades portuguesas: Universidade Nova de Lisboa, Universidade Clássica de Lisboa, Universidade de Coimbra e Universidade do Porto. Com as três primeiras esteve a tratar do aprofundamento das relações de cooperação no âmbito da Graduação. Também, não apenas, mas, mais especificamente, no âmbito da Filosofia do Direito, de modo a instituir intercâmbios entre os alunos da FDRP e os alunos de Filosofia dessas universidades. Têm tido muitas parcerias no âmbito da Graduação em Direito, mas possuem muito alunos interessados em Filosofia do Direito. Estão

81

82

83 84

85

86

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102103

104

105106

107108

109

110111

112113

114

115

116

117118

119

desenvolvendo parcerias nesse sentido. Comunica que tiveram a aprovação de cento e sete mil reais de recursos para a Faculdade oriundos do Programa de Viagens Didáticas da Pró-Reitoria de Graduação. Estão previstas viagens de quatro turmas das disciplinas de Laboratório para Brasília e São Paulo, para visitar o Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Tribunal Regional Eleitoral. Tudo isso no âmbito de atividades práticas das disciplinas de Laboratório. Mas, sem prejuízo de que outras disciplinas também possam realizar viagens didáticas. Gostaria de justificar, a Senhora Diretora agora a pouco expressou sua preocupação com a ausência de Representante da CG na última reunião do Conselho de Graduação, realizada no dia 23/08/2018. Diz à Senhora Diretora que gostaria de se penitenciar pelo fato de não ter ido. De fato tinha já a viagem organizada, as diárias solicitadas e aprovadas. Tinha compromissos em São Paulo não só no dia 23, da CG, mas, no dia 22, o Congresso dos Professores da USP, reuniões na EACH para tratar. Tudo teve que ser cancelado, porque no dia 22 teve um problema de saúde. Foi ao Posto de Saúde daqui, suspeitando de um infarto, o encaminhou para o Hospital. Passou dois dias realizando exames, ainda continua fazendo, mas, graças a Deus, não há nada com que se preocupar. Essa foi a razão pela qual não pode estar presente na reunião. O Prof. Márcio, também, não pode estar a tempo, porque foi uma coisa que aconteceu mesmo na última hora. A Senhora Diretora diz que, na verdade, o Pró-Reitor de Graduação e a Vice, Pró-Reitora Adjunta de Graduação chamaram a atenção. É a segunda vez. O fato é que a presença do Prof. Nuno os agradou. Eles se sentem mais seguros com a presença do Prof. Nuno. À medida que o Prof. Nuno não aparece, a reclamação vai direto para a Diretoria. Comenta que Ribeirão Preto não gosta deles, coisas assim. Diz ao Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho que há uma perspectiva de o próximo Congresso de Graduação ser promovido aqui em Ribeirão Preto, para tanto foi solicitada a reserva do Auditório, do Anfiteatro e de algumas salas aqui, para os dias 30/06 e 01 e 02/07/2019. Então, a responsabilidade do Prof. Nuno será bem grande. Sendo Ribeirão Preto e FDRP, terá que se desdobrar para atender. Comissão de Pesquisa. O Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias diz que gostaria de comunicar, aparentemente, numa mudança dos ventos econômicos da Universidade, a Pró-Reitoria de Pesquisa reativou o Programa de Novos Docentes. Foi lançado um edital para que os docentes contratados a partir de 2016 pudessem se beneficiar daquela famosa "bolsa enxoval" que beneficiou alguns docentes contratados até 2014. Como possuem um docente contratado nesse período, o Prof. Dr. Gabriel Lochagin, já fez esse pedido e foi encaminhado para São Paulo. Existe uma notícia do Prof. Sylvio Canuto que haveria verba para contemplação de todos os docentes contratados nesse período. O próprio edital dizia que seria atendido por ordem de chegada e havia o medo que não houvesse dinheiro para todos os docentes. Outras comunicações, todos devem ter recebido via e-mail, não custa lembrar, a Portaria PRP 656 de 12/07/2018 abriu as inscrições para o Edital 2018 do Programa de Incentivo a Atração de Pós-Doutorandos. As inscrições encerraram agora, dia 31/08/2018. Permitiria que fizessem o convite para pós-doutorandos estrangeiros virem trabalhar aqui na Faculdade. Comunica que nesse período a Comissão de Pesquisa não recebeu nenhuma proposta que tenha sido passada

121

122

123

124

125

126

127128

129

130131

132

133

134135

136137

138139

140

141142

143

144

145

146147

148

149

150

151152

153

154

155156

157

158 159

para a Presidência. Não possuem nesse edital nenhum pedido. Terão na semana que vem, salvo engano, o Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP, o SIICUSP. Tiveram uma série de trabalhos apresentados das instituições aqui da região e dos alunos da FDRP, que serão apresentados durante o evento. Faz o pedido para que os docentes da Casa participem do Simpósio. Tiveram alguns problemas para conseguirem docentes avaliadores dos trabalhos. Precisa checar com o Éder se fechou a lista completa de avaliadores. Fica a possibilidade de visita aos pôsteres, conversa com os alunos. Foi marcada para quarta-feira agora uma reunião extraordinária na qual estará presente. Comissão de Relações Internacionais: O Prof. Dr. Alessandro Hirata diz que estão recebendo, no momento, uma aluna da Universidade de Camerino que ficará aqui por três meses, com bolsa do governo italiano para a realização de pesquisa aqui na Faculdade. É a segunda vez que recebem uma discente italiana. Dessa vez a discente é da Universidade de Camerino, com qual eles mantêm excelentes relações, inclusive com o Acordo de Duplo Diploma de Graduação. No Edital de Bolsas para Mobilidade de Intercâmbio, o Edital de Bolsas da AUCANI, a Faculdade tinha sido contemplada na cota inicial com uma bolsa, mas acabaram ganhando três bolsas. É uma ótima notícia, porque permite que os alunos da FDRP possam realizar intercâmbio na modalidade com bolsa. Todas as três alunas receberam bolsa para intercâmbio para o primeiro semestre de 2019. 5. Palavra aos Senhores Membros. A Ac. Aline Lemos Reis Bianchini diz que tomou conhecimento dessa situação infeliz do aluno do 4º que está com problemas de saúde mental. Foi uma situação que, pessoalmente, ficou muito entristecida, porque era uma pessoa que era conhecida sua, um amigo. Mas, independente desse quadro, conversando com alguns alunos dentro da Graduação e da Pós-Graduação, teve a impressão, e é isso que gostaria de trazer para essa Congregação, de que o sentimento dos alunos e do corpo discente em geral é de desamparo com relação à saúde mental nesta Faculdade. Gostaria muito de agradecer a fala do Prof. Nuno e essa questão dessas políticas que estão tomando corpo agora, acha que desde a reunião passada. Acha que o Prof. Márcio já tinha falado alguma coisa nesse sentido. Gostaria de recomendar, não sabe nem se esse seria o seu papel, mas, que essa comunicação deve ser efetiva no sentido de demonstrar ao corpo discente que eles podem confiar na Instituição e que estão preocupados com isso. Que estão colocando para a concretude políticas efetivas para tomar conta desse aspecto. É uma queixa já de algum tempo, inclusive, desde quando ainda estava na Comissão de Graduação com relação ao excesso de tarefas e do cansaço mental. Agradece muito que a Comissão de Graduação esteja preocupada com isso. Recomenda à Comissão de Pós. A Senhora Diretora diz que até vai aproveitar a fala da Representante Discente para dizer que, paradoxalmente, coincidências existem. A iniciativa do Prof. Nuno foi muito coincidente com o caso. Chegou até a discutir com o Prof. Nuno se não seria o caso de ampliar esse Comitê, de trazer essa questão para o Conselho Gestor. Precisaria ter alguma coisa por escrito maior. E, também, a disposição do Prof. Nuno que acha que está sobrecarregado de tarefas. Em todo caso, como foi ele quem começou, criar um Comitê para nestes casos ter um atendimento; alguém que venha efetivamente se preocupar, convocar, fazer esse diálogo com psiquiatras, com psicólogos, uma rotina. Alguma coisa mais institucional. Pede desculpas aos jovens, mas, na realidade, cada vez

161

162

163

164

165

166167

168

169

170 171

172

173

174

175

176

177178

179

180

181

182 183

184

185 186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

mais vê nesse universo acadêmico problemas de depressão e todos os problemas possíveis e imaginários. São problemas decorrentes de estresse profundo. Decorrente de tudo. Gostaria que tivesse um engajamento dos Representantes Discentes do Diretório. Não é um caso isolado. Conhecem, porque é da FDRP, mas no Campus, não é um caso isolado. Já foi investigar, foi informar-se. Acha que a iniciativa é válida. Fica essa incumbência. Vão cobrá-los na próxima Congregação. Diz que podem lhe cobrar também. Se lhe apresentarem algum tipo de proposta, vai leva-la ao Conselho Gestor. Vai verificar junto com o Conselho Gestor a possibilidade de implantação. A Ac. Aline Lemos Reis Bianchini diz que acha excelente a ideia. Aliás, é uma ideia que não tinha lhe ocorrido. Acha que, então, para não sobrecarregar mais o Prof. Nuno, poderiam pensar em algum Comitê com todos, Representantes Discentes, Comissão de Graduação, Comissão de Pós-Graduação, CAAJA, APG. Diz que a Senhora Diretora tem razão, é uma preocupação que tem tido notícia até com questão de suicídio dentro do Campus. Tiveram alguns casos. Eles têm recebido notícias já de algum tempo do corpo discente. Acha válido e vão colocar algo nesse sentido. Até a Comissão que vem, promete que tem o rascunho de alguma coisa. A Profa. Dra. Silvana Martins Mishima diz que possuem um problema em Ribeirão Preto já há bastante tempo. O SISUSP não conta com psiquiatra. Acha que essa situação, para todas as unidades e para o Campus têm duas vertentes. Uma, acha que o Prof. Nuno colocou, se entendeu da proposta, que é a de trabalho com prevenção e promoção desses aspectos ligados à saúde mental. A outra é o atendimento para os casos de urgência, os casos graves de depressão, casos de ideação suicida ou de tentativa. Não tem tido sucesso sem ter um psiquiatra no Campus. Precisa ter um psiquiatra no Campus, porque não são somente entre os alunos que acontece essa situação. Possivelmente, o grupo dos alunos é o mais vulnerável, mas, também, têm servidores, técnicos administrativos e professores, com essa situação. Diz à Senhora Diretora que seria de bom tom, já que faz parte do Conselho Gestor ainda, levar novamente essa discussão e colocar, independente de qualquer documento, mas, havia por parte da Administração Geral, uma perspectiva de ter uma proposta para o Campus de Ribeirão Preto. Acha que, além das iniciativas que se esgotam na Unidade, podem ter toda a boa vontade de montar um comitê, mas, certamente, depararão em algum momento em ter um especialista que vá trabalhar prevenção e promoção no aspecto da saúde mental e fluxo, para encaminharem uma situação mais grave de urgência. Também, na sua Unidade isso acontece. Deparam-se muitas vezes com os problemas de fluxo, como parece com o que aconteceu agora. Muitas vezes a Unidade em si mesmo não consegue dar conta desses dois aspectos. A Senhora Diretora diz que, falando nisso, estão recebendo a notícia. A Profa. Maísa, Vice-Diretora da Casa, está acompanhando o colega no consultório psiquiátrico. Pai e mãe não podem, a tia que a princípio o acompanharia não pode, porque a família proíbiu. Enfim, é uma complicação. O Júlio pediu para avisar que ela está lá até agora e que o caso do menino é de internação imediata e involuntária. A Profa. Maísa não vai poder se responsabilizar. O Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias pede para não entrarem em detalhe para preservar o próprio aluno com o que concorda a Senhora Diretora. A Ac. Aline Lemos Reis Bianchini diz que, fala pelo Yan também dispõe-se caso precisem realizar alguma reunião fechada, se precisarem de alguma coisa

201

202

203204

205

206

207208

209

210

211

212

213

214215

216

217218

219

220221

222

223

224225

226227

228229

230

231

232233

234

235

236237

238

239

dos Representantes, estão à disposição. O Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho diz que gostaria de relembrar que essa é uma iniciativa da CG e não sua. Gostaria de agradecer a todos os membros da CG no enriquecimento e na construção dessa proposta, que prevê, também, um comitê gestor para poder cuidar dos diferentes aspectos disso. Exigirá especialmente o empenho dos professores e servidores técnicos administrativos. Utilizando o modelo da Faculdade de Odonto de São Paulo, vão implantar um sistema de tutoria, para o qual professores e servidores técnicos administrativos serão convidados a receberem treinamento, para estarem aptos a receberem os alunos nas suas demandas, nas suas dificuldades e poderem fazer o primeiro encaminhamento junto aos serviços. É muito importante que eles todos professores, de diferentes áreas de conhecimento, diferentes idades, diferentes gêneros, participem disso. O aluno vai poder contar com professores variados, se aproximar daquele com que se identificar mais e tiver mais confiança. Pede para que se voluntariem a serem tutores nesse Programa. O Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso diz que, com relação ao documento que um pai encaminhou à Faculdade questionando as aulas de professor, no dia em que a Senhora Diretora comentou sobre o assunto, estava numa sindicância e não sabia do encaminhamento. Soube agora do encaminhamento que foi para a CG, para as providências. Mas, de acordo com o artigo 46 do Regimento Geral o poder disciplinar da condução dos professores é do Departamento. Não sabe se seria interessante, talvez, encaminhar uma cópia para o Departamento. A questão pedagógica, tudo bem, o Prof. Nuno já encaminhou. Acha que, realmente, é importante; no artigo 46 diz que compete ao Departamento exercer o poder disciplinar sobre membros do corpo docente, discente e servidores não docentes no âmbito do Departamento. Se houve a questão pedagógica, a correção, a reposição pedagógica tem que ser feita normal Mas, precisa identificar o caso e, se houve alguma infração, o Chefe do Departamento precisa tomar uma posição sob pena de estar sendo conivente com a situação. Essa é sua posição. Talvez, fosse interessante encaminhar ao Departamento, para que verifique algum problema nesse sentido. A Senhora Diretora agradece ao Prof. Jair e diz que será encaminhado. Procurou, no primeiro momento, encaminhar para a CG, porque concentra a Graduação. Conforme vier, fará o encaminhamento aos Departamentos. Foi uma questão de tempo material, para não esticar muito. Vai ser encaminhado, é o Departamento que toma conta das disciplinas, professores. A CG toma mais conta do ensino aos alunos. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco diz que tem a manifestação de um pai apresentando um eventual problema de ausência de professores etc. Acha que, nesse particular, a sugestão do Prof. Jair é importante, porque, de fato, cabe ao Chefe do Departamento, no âmbito do Departamento, apurar isso. A única coisa que gostaria de ponderar sobre a situação que foi lida pela Senhora Diretora é que a segunda parte da manifestação do pai do aluno ou da aluna, não sabe, também faz um tipo de juízo de valor. Precisam focar na questão objetiva. Se está havendo ausência e o motivo. O resto é difícil. Poderia ser feita uma avaliação, mas, não um comentário desse tipo. A Senhora Diretora diz que tinha solicitado colocar apenas e tão somente a discussão, o debate, a eventual aprovação, da proposta do projeto acadêmico. No entanto, tem um item que entrou a posteriori. Não é uma questão de grande relevância, mas é

241

242243

244

245246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256257

258

259

260

261

262263

264

265

266

267268

269

270271

272

273

274

275

276

277

278

279

relevante. Entrou quarta-feira a noite. É uma questão simples, uma apreciação do vínculo CERT. Uma questão de recredenciamento CERT para continuar viabilizando a participação nos cursos de especialização. A interessada é a Profa. Cíntia Rosa. O processo foi relatado ontem. Foi questionado o motivo dessa urgência. A verdade é que precisa ser aprovado até outubro. Então, se aprovado, teria que ser hoje. Outro ponto e isso lhe chamou atenção. O processo só chegou aqui para a Assistência Acadêmica na quarta-feira de manhã, dia 12/09/2018. Na realidade, estava perdido no Departamento. Lê o parecer do relator, Prof. Dr. Alessandro Hirata: "Trata-se do pedido de recredenciamento para a CERT, junto ao Processo no 2010.1.330.89.4, fls. 24-25, apresentado pela Professora Associada Cíntia Rosa Pereira de Lima, do Departamento de Direito Privado e Processo Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. O credenciamento junto a CERT é necessário para o exercício de atividades simultâneas ao RDIDP. Para tanto, é preciso comprovar a compatibilidade com o regime, o que pode ser facilmente aferido pelo exame do currículo Lattes da requerente, já anexado ao processo, bem como das atividades realizadas no atual período de credenciamento. Conforme já ressaltado pelo parecer (fls. 235 e 236) aprovado ad referendum pelo Departamento de Direito Privado e Processo Civil. Desse modo, opino pelo deferimento do pedido de recredenciamento junto a CERT da Professora Associada Cíntia Rosa Pereira de Lima, acompanhando o parecer do Departamento de Direito Privado e Processo Civil". O Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso questiona se o processo poderia ser aprovado ad referendum e encaminhar dessa forma. Pergunta se a inclusão na pauta não deveria ser antes, nas comunicações. Diz que é só uma questão de ordem. A Senhora Diretora esclarece ao Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso que está perguntando: 1) se podem incluir extra pauta e 2) se aprovam o parecer para poderem mandar para a CERT o processo. O Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso diz que é lógico que ele está de acordo. Diz que só tem essa questão de ordem, primeiro aprova a inclusão e depois discutem o parecer. Esclarece que estranha, pois em seu Departamento não some processo. Diz que vai tomar nota e vai verificar isso, pois faz questão de acompanhar pessoalmente. A Senhora Diretora diz que o processo ficou no Departamento muito tempo e só subiu na quarta-feira de manhã. É urgente, porque não deve haver solução de continuidade. Se não for aprovado e encaminhado à CERT, vai haver solução de continuidade, porque terá um período que vai oferecer curso de especialização com o credenciamento vencido. A Profa. Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima diz que gostaria de esclarecer, já que foi ela quem fez o pedido, o porquê da demora no Departamento. Foi para a Profa. Flavia dar o parecer e a mesma estava afastada. Demorou, porque, quando ficou sabendo, pediu para redistribuir para outro parecerista no Departamento. Por isso que ficou no Departamento e teve essa demora. A Senhora Diretora diz que só está justificando o porquê de entrar extra pauta, por causa de prazo. Não tem outro caso tão urgente. Esse é urgente. Diz que está em discussão. Pergunta aos Senhores Membros se podem incluir o item 2. COMPLEMENTAR. RECREDENCIAMENTO JUNTO À CERT - 2.1. PROCESSO 2010.1.330.89.4 – CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA. Credenciamento junto a Comissão Especial de Regimes de Trabalho - CERT e examinar extra pauta. Em votação,

281 282

283

284

285

286

287 288

289

290

291

292

293

294295

296

297

298

299

300

301 302

303

304

305

306 307

308

309

310

311 312

313

314315

316

317

318

319

321 a Congregação aprova por maioria (quatorze votos favoráveis e uma abstenção) a inclusão do 322 item 2. COMPLEMENTAR. RECREDENCIAMENTO JUNTO À CERT – 2.1. PROCESSO 2010.1.330.89.4 - CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA. Credenciamento junto à Comissão 323 Especial de Regimes de Trabalho - CERT na pauta. A Senhora Diretora coloca o parecer do 324 325 relator pela Congregação, Prof. Dr. Alessandro Hirata, em votação. A Congregação aprova por maioria (quatorze votos favoráveis e uma abstenção) o parecer do relator pela Congregação, 326 327 Prof. Dr. Alessandro Hirata, favorável à aprovação do pedido de recredenciamento apresentado 328 pela interessada. II. ORDEM DO DIA. 1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO ACADÊMICO DA FDRP/USP. 1.1. PROCESSO 329 330 2018.1.415.89.7 - FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO. Designação 331 de Comissão. Criação e atribuições da Comissão Coordenadora do Projeto Acadêmico 332 da FDRP. - Portaria Interna D.FDRP/USP 021/2018, de 30/08/2018. Dispõe sobre a 333 recriação e atribuições da Comissão Coordenadora do Projeto Acadêmico da Faculdade de 334 Direito de Ribeirão Preto/USP, fls. 108-110. - Minuta do Projeto Acadêmico encaminhada pela 335 Comissão Coordenadora do Projeto Acadêmico da Faculdade de Direito de Ribeirão 336 Preto/USP, fls. 111-120. A Senhora Diretora diz que será colocado em pauta este item 337 extremamente polêmico. Não sabe se será fácil a aprovação, o debate. Diz que está se referindo 338 à aprovação, porque, na realidade, todas as Unidades USP tinham prazo. Aqui dentro da 339 Unidade deram um primeiro e um segundo prazo em prorrogação. Não foi atendido este prazo. 340 Todas as Unidades ou grande parte das Unidades apresentaram o seu Projeto Acadêmico. 341 Apresentaram o seu Projeto Acadêmico no prazo, nós não. Diz que a sua chefe perguntou se 342 não iria apresentar, respondeu que não. Vão pedir prorrogação. Vão contar tudo o que 343 aconteceu e vão apresentar o Projeto. Foi nomeada outra Comissão. Essa outra Comissão 344 apresentou um Projeto que está aqui. Esse Projeto foi mandado para todo mundo. Em primeiro lugar, acha que o Prof. Ignácio vai poder falar melhor do que ela, com muito mais experiência, o 345 346 que significa um Projeto Acadêmico. O Projeto Acadêmico é uma proposta para o futuro. Mas, o objetivo maior é manter a excelência USP. Os objetivos menores, como vão alcançar isso. 347 348 Falar em alcançar a excelência é um absurdo, porque a USP já reconhecidamente de excelência 349 no âmbito Brasil. Nos rankings internacionais, também tem aparecido como uma Universidade 350 de excelência. Todos os cursos, em especial, aqui em Ribeirão Preto é de reconhecida 351 excelência, por causa dos resultados também na OAB. Os resultados da OAB são excelentes. 352 Quando convidou o Dr. Marcos da Costa, convidou o Dr. Marcus Vinicius, também estará 353 aqui. O Dr. Marcus Vinicius é o antigo Presidente do Conselho Federal da OAB e, hoje em dia, 354 comanda a Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Diz que o Dr. 355 Marcus Vinicius não cansa de lhe cumprimentar e cumprimentar o pessoal de Ribeirão. Diz que 356 sempre fala que Ribeirão deve ao Prof. Ignácio. Na realidade, é encantador e extremamente 357 gratificante, não vai dizer que não, ser cumprimentada pelo desempenho dos estudantes daqui 358 de Ribeirão. Tentaram, nessa última proposta, seguir o que as outras Unidades, o tom que as 359 outras Unidades fizeram. Isso devem a Sra. Márcia, que conseguiu um prazo excepcional, 360 extraordinário, para entregarem, dia 17/09/2018. Estão no dia 14/09/2018, espera que possam

apresentar a propositura. O Prof. Dr. Umberto Celli Junior diz que é preciso restabelecer a verdade e acabar com a hipocrisia. Já se referiu a isso na Congregação do dia 10 de novembro do ano passado. Essa hipocrisia vem acompanhada agora de um ato de extremo autoritarismo e desrespeito por parte da Senhora Diretora, que mais uma vez revela a sua incapacidade para administrar uma Faculdade. Uma Faculdade tão gloriosa como a Faculdade de Direito. A Senhora Diretora agradece. O Prof. Dr. Umberto Celli Junior diz que os fatos são os seguintes. A Comissão inicialmente designada, tardiamente, porque outras Unidades começaram seu trabalho de elaboração de um Projeto Acadêmico muito antes desta Unidade. Então, foi constituída a Comissão. Ele se voluntariou para participar. Foi designado Presidente. Essa Comissão começou a trabalhar em junho, com prazo para apresentação de um Projeto Acadêmico no final de junho. Evidentemente, esse prazo era inexequível. Pediram, desde logo, uma prorrogação desse prazo até agosto, para que a Comissão pudesse trabalhar durante o mês de julho, um mês difícil, porque grande parte dos professores está de férias. A Comissão trabalhou durante o mês de julho, também, e recomeçou os seus trabalhos durante o mês de agosto. O prazo era dia 10. Tiveram uma série de dificuldades, porque no mês de agosto os trabalhos continuavam e houve discussões no âmbito da Comissão. Discussões, estas, que estão devidamente evidenciadas nos autos do processo. Houve troca de e-mails entre professores, com relação a uma primeira minuta que havia sido proposta e que foi objeto inclusive de um questionário encaminhado a todos os docentes da Faculdade. Dezenove professores da Faculdade responderam ao questionário. Refletindo, na medida do possível, as manifestações advindas desse questionário, foi feita uma primeira minuta. De fato, houve um atraso. No dia 29/08/2018, a Comissão, em face das divergências que estão consubstanciadas nos autos do processo, havia marcado outra reunião a ser realizada às 12h30. Diz que a Senhora Diretora convocou o Presidente, ele na ocasião, para uma reunião junto com a Vice-Diretora que, aliás, teve uma participação importante nos trabalhos da Comissão. A Vice-Diretora, também, fez sugestões e durante todo esse período acompanhou as discussões que foram trocadas por email, porque nem sempre existe a possibilidade de uma reunião física, presencial, com todos os Diretores. No dia 29/08/2018, convocado que havia sido vai à sala da Senhora Diretora e, antes que pudesse ser recebido por ela, foi informado pela Vice-Diretora que ela não iria lhe receber. No momento em que a Vice-Diretora lhe relatava o fato de que, autoritariamente, algo sem precedentes nesta Faculdade e de um desrespeito total, não apenas com a figura do Presidente, mas com todos os membros que compunham a Comissão originária. A Senhora Diretora veio dizer que havia desconstituído essa Comissão e iria criar outra com a presença e a participação de Presidentes e Chefias de Departamentos, etc. Simplesmente, um comunicado. Um comunicado que seguer foi feito na sala da Diretora, porque ela se recusou a ouvir. Se ela tivesse ouvido o Presidente da Comissão, teria ficado sabendo que, na sequência, teria sido realizada uma reunião, na qual teriam sido resolvidos os problemas e subsequentemente apresentada uma minuta que depois seria submetida a essa Egrégia Congregação. Deve dizer o seguinte, a essa altura da sua vida pessoal, da sua vida profissional, é inadmissível e, infelizmente, hoje, o Prof. Pedro Dallari não está aqui. Porque o Prof. Pedro Dallari o conhece

361

362363

364

365

366

367

368

369 370

371

372373

374

375

376

377

378

379380

381 382

383

384 385

386 387

388

389

390

391 392

393

394

395 396

397

398

399

desde os seus dezoito anos de idade e sabe que ele nunca compactuou com atos autoritários. Não é na altura da sua vida pessoal e profissional que vai compactuar com o autoritarismo inaceitável, inadmissível. Um desrespeito com os membros. Um desrespeito com os colegas. É inadmissível, de modo que esse Projeto que ora é submetido a essa Congregação contém a mácula do autoritarismo e da incapacidade de gestão de uma Faculdade. Essa aqui é uma Faculdade dentro da Universidade de São Paulo, e a Senhora Diretora, mais uma vez, demonstra-se uma pessoa pouca feita ao diálogo, uma pessoa que impõe pelo autoritarismo dos seus atos. E vem, no início, falsear a realidade como se tivesse sido um mero pouco desempenho de uma Comissão que não cumpriu o seu prazo e que, portanto, houve a necessidade de medidas emergenciais para que o relatório pudesse ser submetido a essa Egrégia Congregação. O relatório teria sido submetido nessa mesma data da Egrégia Congregação. Até, porque, já havia uma sinalização, por parte da Diretora, de solicitar uma prorrogação de prazo para a entrega final, pois a Congregação seria realizada no dia 14. Recusa-se a aceitar qualquer ato autoritário e desrespeitoso. É importante que estejam sendo transmitidos, para que todos saibam que a Senhora Diretora é autoritária. Numa faculdade deve prevalecer o diálogo e o entendimento. Acima do diálogo, o respeito com os colegas. A mácula do autoritarismo desse Projeto é lamentável para a história dessa Faculdade. Como disse, nunca aceitou atos autoritários, desde os tempos da ditadura, e nunca aceitará. Portanto, dessa farsa, produto de um ato autoritário e desrespeitoso, não fará parte. A Senhora Diretora diz que o tempo todo tentou prestigiar o antigo Diretor desta Casa. O Prof. Dr. Umberto Celli Junior diz que não tem nenhuma palavra mais para falar com a Senhora Diretora. A Senhora Diretora diz até logo. Nesse momento, às 15h48min, o Prof. Dr. Umberto Celli Junior retira-se da sala. A Senhora Diretora diz que, gostaria de registrar em ata, a Comissão não apresentou o trabalho no tempo. Está aberto o processo, para todos verem que foi extrapolado o tempo, o prazo de apresentação. A Faculdade de Direito de Ribeirão Preto não apresentou o Projeto Acadêmico em tempo. Até agora, não apresentou, porque a Comissão não entregou. Fica extremamente indignada, injuriada, porque tem uma admiração muito grande pelo Prof. Celli. O Prof. Celli diz que ela convocou, não tem. Gostaria que ele mostrasse a convocação da reunião que ele diz que ela teria convocado. Não convocou e não sabia da reunião. Gostaria muito que alguém lhe mostrasse a convocação. Gostaria muito, para ver se tem a sua assinatura. Não tem. Quando chamou a Profa. Maísa, é da Profa. Maísa, que não tem formação jurídica, as palavras repetidas pelo Prof. Celli. Então, considerando que extravasaram o prazo, perguntou se a Senhora Diretora estava destituindo a Comissão e ela respondeu que não. Disse que não estava destituindo a Comissão. A Comissão deixou de existir no momento em que não apresentou o trabalho. Prazos são prazos. Diz que nós do Direito temos que ter respeito aos prazos. Não destituiu. Não convocou. A sua única preocupação é que a Faculdade apresente um Projeto. Se disserem que não vão apresentar Projeto, acabou. A Faculdade não apresenta o Projeto. Acabou de estar, de manhã, com o Prof. Hernandes, Vice-Reitor e com o Prof. Vahan. Com o Prof. Hernandes até falou sobre esse atraso, e ele falou: "Mas, vocês vão apresentar um Projeto?". Espera que consigam apresentar. Mas, também, podem não apresentar. Não é obrigatório. O

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414 415

416 417

418

419

420

421 422

423

424

425

426

427 428

429

430

431

432 433

434

435

436 437

438

439

Projeto, a Reitoria pediu para o dia 31/08/2018. A Comissão foi montada para apresentar a proposta dia 29/06/2018. Não apresentou. Teve uma prorrogação, até 10/08/2018. Em 10/08/2018, não tendo apresentado, a Comissão estava fora. O prazo e o trabalho da Comissão se exaurem de per si quando não atende o prazo. Não apresentou até o dia 10/08/2018. Estavam no dia 29/08/2018 e não convocou qualquer tipo de reunião. Gostaria muito que o Prof. Celli lhe mostrasse. Está registrado que ela teria convocado uma reunião. Não convocou. Desconhece. Resolveu montar outra Comissão e apresentar um novo Projeto para ser discutido. Está em discussão. Se quiserem aprovar, aprovem. Se não quiserem aprovar, também, não aprovem. Vai ser encaminhada a solução da Congregação, do jeito que foi enviado, com todos os apontamentos do Prof. Celli, inclusive, da reunião que desconhece. Não foi convocada. Com todos os apontamentos, será incluído um relatório dos resultados da Congregação para a Reitoria. Não tem problema algum. É essa a decisão. Será essa decisão a ser transmitida. A nova Comissão foi formada no dia 30/08/2018. Foi entregue o trabalho que a Comissão anterior deixou com a Márcia. A entrega não foi oficial. A entrega deste documento não é oficial. Simplesmente, a Márcia lhe entregou. Se a Márcia tem o documento de entrega oficial, então, por favor, com carimbo e data. Pede licença ao Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias e diz que quer acabar. Gostaria de colocar o resultado na nova Comissão, item por item, em discussão. Se quiserem aprovar, muito bem. Se não quiserem aprovar, as modificações serão feitas. Tem até o dia 17/09/2018, segunda-feira, para encaminhar. O Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira sugere deliberarem primeiro a respeito da forma de apreciação. Aprova-se ou não o Projeto. Na sequência, abrir prazo para eventuais destaques, emendas supressivas, modificativas, etc. Acha que ficará muito difícil discutirem uma coisa desse tamanho sem essa organização. É uma questão de ordem que propõe à Senhora Diretora. A Senhora Diretora diz que responde a questão de ordem, dizendo que gostaria de apreciar este documento por itens. Tem aqui os itens. Todos os itens. E apreciar o documento com as eventuais alterações. Cada um com as alterações. Caso contrário, não terminarão isso hoje. Não vão encaminhar, até segunda-feira, o Projeto. O problema todo é esse. O Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira diz que têm muitos pontos que podem ser unânimes. Por isso que propõe, primeiro, a aprovação do projeto. Se aprovado, somente as questões que forem levantadas é que poderiam discutir. As outras não precisariam passar item por item. Só a título de colaboração. O Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias diz que é só um esclarecimento a respeito do documento que veio da antiga Comissão. A Márcia tem esse documento, porque desde o início do processo foi escrito via internet, via nuvem. A Márcia foi colocada para acompanhar o processo de escrita desse documento. Por isso que ela tem esse documento. O documento, efetivamente, não foi encaminhado. Até porque, quando se verificou nas discussões online que não havia consenso, o Prof. Celli tinha convocado uma reunião para que esse processo fosse discutido. O Prof. Jair fez várias considerações. O próprio Prof. Hirata fez considerações em relação ao teor do Projeto original, que seriam discutidas no fatídico dia, numa reunião, que acabou não acontecendo. A reunião foi convocada pelo Prof. Celli, Presidente da Comissão. Havia convocado via e-mail, está registrada, a Márcia está copiada. Havia convocado para que pudessem discutir

441

442

443

444 445

446

447

448

449

450

451

452

453

454 455

456 457

458

459

460 461

462

463

464

465

466 467

468

469

470

471 472

473

474

475 476

477

478

479

pessoalmente, tendo em vista que online, prevendo as discordâncias, seria muito complicado chegar a um consenso a respeito da minuta. A primeira coisa é que esse documento que está aí não é minuta de nada, porque ele não foi aprovado pela Comissão. É um documento que, em tese, não deveria estar no processo. Porque não foi o documento encaminhado pela Comissão. Ele não expressa o consenso dos membros da Comissão. Ele expressa, na verdade, apenas a coleção de várias ideias que foram feitas por vários docentes, inclusive a Vice-Diretora, o Prof. Umberto Celli, ele, o Prof. Jair, o Prof. Hirata, a Profa. Flavia, a Profa. Iara, deve estar esquecendo alguém, mas, que compareceram nas reuniões, que deram suas informações. Esse Projeto também representa a mescla das respostas dadas por vários docentes ao questionário que foi passado. Foi um questionário que, apesar de longo e difícil de responder, surpreendentemente, foi respondido por vinte docentes da Casa. Imagina que todos que estão aqui presentes, porque são membros da Congregação. Manifestaram-se sobre: a missão da Faculdade; os valores da Faculdade; a visão da Faculdade; as metas; objetivos. De acordo com a metodologia que tinha sido estabelecida pela Comissão original, se manifestaram, também, sobre o peso relativo que as atividades docentes devem ter na consideração dos relatórios dos docentes, para a avaliação das atividades docentes. Uma metodologia que, inclusive, foi utilizada por sugestão do processo que foi iniciado no Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, pelo Prof. Jair. E que trouxe a partir de uma sugestão da Senhora Vice-Diretora o procedimento que tinha sido adotado na Contabilidade para a realização do Projeto Acadêmico da Unidade. Em segundo lugar, em relação ao tempo. Acha que isso é importante de se deixar registrado. Imagina que o Prof. Poveda possa dar, também, o dado mais certo. Não possui esse dado. O próprio fato de que adotaram uma metodologia que veio do Departamento de Contabilidade, quando já tinha terminado a discussão do seu Projeto e a FEA já tem essa discussão avançada, foi somente depois desse procedimento que a Direção convocou uma Comissão para realizar o Projeto Acadêmico. Parece-lhe que esse pedido, não tem o dado corretamente, pede a confirmação do Prof. Poveda, esse pedido já está na Faculdade há quase um ano, ou há mais de um ano. A criação da CAD, formalmente, aquele documento, inclusive aquela versão do Jornal Especial da USP, com o fluxograma do processo, foi divulgado já no começo desse ano. Acha que todos que estão presentes nessa sala assinaram o ano passado, à véspera do processo eleitoral, uma carta aberta, na qual discutiam já que a próxima leva de gestores: Diretores, Presidentes de Comissão, Chefes de Departamento, seriam encarregados de tocar a discussão sobre o Projeto Acadêmico da Faculdade. Todos, naquela época, manifestaram a concordância de que isso deveria ser discutido publicamente. Já havia uma ciência na Unidade, desde o ano passado, no início do processo eleitoral, de que essa discussão tinha que ser feita. O Projeto Acadêmico não é uma coisa que se consegue fazer em um mês, dois meses. Acompanhando o relatório de Contabilidade, é algo que eles discutiram por mais de seis meses. O Projeto do Departamento, não está nem falando do Projeto da FEA, da Unidade. Então, é uma decisão delicada, crucial para o futuro da Faculdade. Inclusive, algumas escolhas políticas que necessitam fazer em relação a esse Projeto, precisam ser claras. A respeito das consequências de se apresentar um Projeto com um ou outro teor, inclusive do ponto de vista

481

482

483

484 485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

da relação com as outras Unidades da Universidade. Esse processo da convocação da Comissão foi feita no início de junho para a entrega no fim de junho, ao final do período letivo, sabendo que os docentes estariam de férias quando discutiriam essa questão. Estavam no final do período letivo, no início da semana de provas, logo em seguida, férias. Discutir em um mês o Projeto Acadêmico é, absolutamente, irrealista. Parece-lhe que o tempo que demorou em a Comissão propor, para não conseguir apresentar, a minuta foi razoável. Dois meses para se discutir um Projeto Acadêmico, parece que nenhuma outra Unidade da Universidade deve ter levado. É um processo bastante rápido que estão tendo. Diz à Senhora Diretora que acusar a Comissão de falta de tempo, parece que lhe permite perguntar por que só em junho foi montada uma Comissão para dar início à discussão desse projeto. É um projeto que se sabia que tinha prazo para ser entregue e que precisava ser feito a contento, porque é um Projeto importante. Não estão falando em uma normativa apenas interna. Estão falando de uma normativa que vai projetar impactos no futuro da Instituição. Concorda do ponto de vista temporal que a Comissão descumpriu o prazo que estava estabelecido. Discorda do ponto de vista administrativo. Mas, como é um internacionalista e não um administrativista, não vai entrar nesse mérito agora. Mas, discorda de que a Comissão deixa de existir. Por outro lado, se uma minuta estava, praticamente, fechada. Chamada uma reunião para se discutir e fechar os detalhes dessa minuta. Interromper os trabalhos da Comissão. Montar uma nova Comissão, convocando mais duas reuniões. Ao invés de adiantar o prazo, o tempo de entrega da minuta final, se adiou o prazo. Eventualmente, naquela reunião, conversando, poderiam ter chegado a uma minuta final. Na quinta-feira, no dia 30/08, já poderiam ter uma minuta. Essa minuta poderia ter sido submetida a uma consulta pública para toda a comunidade da USP. Com tempo, para que todos se manifestassem. Porque todos têm interesse nesse documento. Parece que o argumento temporal é complicado nesse caso. Queria fazer essas duas observações. Primeiro, a natureza da minuta que está no documento. Essa minuta não é oficial. Não é uma minuta que estava em discussão pela Comissão. Essa minuta não expressa o consenso dos membros da Comissão. Ela é, apenas, um agregado de opiniões que foram dadas pelos membros. Se vão discutir a questão temporal, acha que primeiro precisa se esclarecer porque só em junho foi convocado o início da discussão desse projeto tão crucial, demorado e complicado para o qual, aqui na Faculdade, a sua percepção é de que precisariam, inclusive, de ajuda externa. Porque a metodologia em que se baseia esse tipo de trabalho não possui aqui na Faculdade expertise necessária para lidar com ela, de metas, resultados, etc. A Senhora Diretora diz ao Prof. Caio que, acha extremamente oportunas as suas observações. Por que só em junho foi nomeada uma Comissão? Porque as Comissões Estatutárias e os Departamentos não ofereceram qualquer tipo de subsídio até aí. Então, decidiram montar a Comissão com uma responsabilidade e com prazo. Não foi cumprido. Segundo ponto que, realmente, gostaria de esclarecer, todos sabem, esse documento lhe foi apresentado pela Márcia. Esse é o que serviu de subsídio e que o Prof. Caio coloca como não oficial. Basta pedir o desentranhamento. Será desentranhado. Foi oferecido pela Márcia, Assistente Acadêmica. Como o Prof. Caio acabou de dizer, tudo passou, então, ela conhecia. E foi ela, legitimamente, que ofereceu o documento. A

521

522

523

524

525

526 527

528529

530

531532

533

534

535536

537

538

539

540

541

542

543 544

545

546

547

548

549 550

551

552

553

554 555

556

557

558 559

Profa. Dra. Silvana Martins Mishima diz que a sua fala vai numa direção um pouquinho diferente. Diz à Senhora Diretora, se não seria melhor terminar de discutir o processo, para depois as suas considerações. Teve uma proposta do Prof. Sebastião, que depois voltou à discussão sobre as portarias, os prazos. É uma dúvida que tem. Se não é melhor chegar a algum entendimento sobre o processo, para depois ela falar. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda <u>Velasco</u> diz que, sem pretender, absolutamente, tomar partido em questões mais pessoais e tudo mais, até porque, desconhece os fatos. Para além de prazo para lá e para cá. Estão falando uma coisa que é extremamente relevante para a vida da Universidade. Para contextualizar, relembrar, essa questão do Projeto Acadêmico, não se confunde com o Projeto Político Pedagógico da Unidade, porque isso já tem. Essa questão do Projeto Acadêmico se insere dentro de toda a Universidade, de repensar algo que, até agora, era um problema. Era a avaliação. Porque na Universidade de São Paulo, tradicionalmente, o que se fazia era avaliar os docentes e, principalmente, no período inicial, o seu projeto de pesquisa. Isso trazia inúmeros problemas, porque as coisas derivavam para a questão com uma exigência considerada, excessiva de produtivismo. Era um tipo de exigência que não levava em consideração, e isso é muito importante, as especificidades dessas áreas. Também, não levava em consideração as especificidades dos próprios docentes. Porque, embora tenham que atender as três atividades fim: ensino, pesquisa e extensão, são diferentes. Todos são ótimos, querem o melhor para a Universidade, estão trabalhando, mas são diferentes. Há aquele que tem um viés maior para a pesquisa. Há aquele que tem um viés maior para a docência. Há aquele que faz um trabalho importantíssimo na extensão. Toda essa reflexão surgiu dessa constatação de que era preciso considerar o pluralismo da Universidade. Uma coisa é pesquisa na área de humanas. Outra coisa é pesquisa na área de ciências exatas. A extensão se entende melhor aqui do que ali. Foi dada, exatamente, a possibilidade de que cada Unidade, aí como consequência de uma reflexão que vem dos próprios departamentos e dos Projetos Acadêmicos dos docentes, uma coisa concatenada e amarrada. Cada Unidade poderia fazer uma reflexão, e é disso que estão falando, sobre para onde vão, o que acham enquanto Unidade. O que podem oferecer de melhor. Uma contribuição melhor não só para a Universidade, mas para a sociedade que a custeia. Enfim, é uma coisa de pensar grande. De pensar grande, como tem que ser para quem está dentro de uma universidade como a Universidade de São Paulo, um grande orgulho, mas, também, uma grande responsabilidade, para todos. Nesse sentido, esse processo começou há muito tempo. Se não foi encaminhado como deveria, quem é responsável por isso ou não, acha que isso tudo neste momento, parece-lhe que é, não vai dizer irrelevante, porque é relevante. Há males que vem para bem. Se uma situação como essa que viram agora, extremamente constrangedora para todos. Uma coisa que, sinceramente, nos seus trinta anos de Universidade de São Paulo, jamais imaginou. Não está aqui culpando ninguém. Por isso que diz que não vai tomar parte. Todos aqui têm o maior apreço por essa Faculdade, carinho, todos suaram para construir essa Casa. Se servisse para que parassem e, de uma maneira muito especial, se unissem. Tudo isso é um processo de diálogo que não se faz em um dia, de afogadilho. Não vai dizer que premido por um prazo, porque este, na verdade, era muito elástico. Claro que, se deixa para o final, o prazo

561

562

563

564

565

566

567

568569

570

571

572

573574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610 611

612

613

614

615

616

617

618 619

620

621

622

623

624

625

626 627

628

629

630

631

632

633

634 635

636

637

638 639

640

acaba se agigantando e se torna uma muralha intransponível. Diz à Senhora Diretora que gostaria de fazer um apelo, o que está em jogo é a Faculdade, é o futuro. Esse orgulho que a Senhora Diretora mencionou todos tem, de saber que a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto é um projeto vitorioso. Professores, técnicos administrativos e alunos têm orgulho de estarem nessa Faculdade. Todos os dias, tropeça com alguém que diz que esteve em Ribeirão e fala que é uma maravilha. Precisam ter essa preocupação de não deixar a peteca cair e o Projeto Acadêmico é fundamental para isso. Não pode falar pela Reitoria, nesse particular. Acha que têm que apresentar sim, mas, talvez, se não apresentam no dia 17, apresentam no dia 24. Alguém lhe perguntou, mas respondeu que não sabia, pois não era um assunto que estava em sua alçada. Disse que não sabia o que representaria em termos de prejuízos para a Universidade como um todo, para o mecanismo. Acha que, seja pelo motivo que for infelizmente, chegaram neste momento, de um limite de um prazo, que já é estendido. Diz que ele, por exemplo, não teria a mínima condição, de um assunto tão importante como esse, de olhar agora e dizer qualquer coisa. Teria que se abster, por uma questão de honestidade intelectual. Não sabe se não seria o caso de assumirem, pela razão que for não vem ao caso jogar a culpa em ninguém, que não chegaram num ponto de amadurecimento. Vão trabalhar agora, vão procurar fazer, e falam na Reitoria para darem um mês, o que for. Aí sim, apresentar um Projeto Acadêmico que reflita aquilo que todos pensam e querem para a Faculdade e para os próximos anos. A Senhora Diretora diz que gostaria de um aparte para esclarecer. Pelo que entendeu no Conselho Universitário, essa semana, esses Projetos Acadêmicos passam a ser apreciados a partir do dia 21/09/2018. E que esses Projetos Acadêmicos apresentados pelas Unidades, não são definitivos. A Reitoria se mantém e preserva o direito de reencaminhar à Unidade para uma melhor apreciação ou para mais observações ou mais registros. Por isso que, na terça-feira, ficou mais convencida de que deveriam mandar isso do jeito que estiver e, eventualmente, corrigir quando retornasse. Somente a partir do dia 21 que a Vice-Reitoria começa a se preocupar e analisar os Projetos. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco diz que conversou com o Prof. Catalani, Presidente da CAA. A CAA tem um papel importante na CPA. Sobre a apreciação dos Projetos é verdade que, a partir do dia 21, uma CAA expandida, inclusive a Profa. Silvana será convidada, vai começar a analisar os Projetos que são muitos. Fez uma distribuição, pelo que o Prof. Catalani explicou-lhe. Nesse sentido, acha que se chegam ao último vagão no último minuto, isso poderia ser feito. Quanto à questão de mandar, depois a Reitoria devolver, isso acontecerá necessariamente, porque, ainda, é da própria dinâmica. Mas, o problema é receber de volta da Reitoria comentários e sugestões em cima de algo que representou um consenso na Unidade. Outra coisa é receber de volta da Reitoria para comentários e ajustes de uma coisa que, em si, não representou esse consenso. Diz que entende a preocupação da Senhora Diretora do prazo. O ideal seria mesmo que não estivessem agora aqui. A Senhora Diretora diz que, se a decisão da Congregação for essa, para ela tanto faz. Só acha que para o bem da Unidade seria melhor mandar para depois reestruturar e rever, eventualmente, no retorno. O órgão maior dessa Casa é a Congregação. Se a Congregação decide que é não, é não, e acabou. A Profa. Dra. Silvana Martins Mishima acha que o Prof.

Poveda foi um pouco pela linha que queria falar. Se forem lembrar, a questão da avaliação institucional, e está no documento que foi apresentado. Está definido pela Portaria 7272 de 2016, mas, ele também vai caminhando junto com a 7271, sobre o Estatuto Docente. Isso, também, está localizado numa discussão mais ampla que houve na Universidade, todos participaram. O Prof. Caio assinalou isso. Com uma certa dificuldade que houve à época, para rediscutirem a avaliação institucional e rediscutir, talvez, pela primeira vez de uma forma mais ampla a questão da avaliação docente. Até então, ou tinham a progressão vertical ou só a de ingresso. Então, ela, como Professora Titular, chegou a Titular, não vai ter mais nenhuma avaliação. Esse é o primeiro ponto. Isso daqui não está livre, leve e solto. Isso está vinculado, também, com o que o Conselho Estadual de Educação lhes pede enquanto universidade, uma vez que não participam do ENAT. Então, possuem prazos em relação à avaliação que a USP tem que processar. No documento está que estão no primeiro ciclo avaliativo. Na verdade, estão no quinto. De 2010 a 2014 foi o quarto ciclo avaliativo. Para quem está um pouquinho mais de tempo olhando para essas coisas, era um processo bastante burocrático muitas vezes. A partir de formulários questionados, muito extensos, pouco objetivos. Não tinham um Plano Acadêmico. Tinham o que chamavam de Plano de Metas para a Unidade. A partir do quarto ciclo avaliativo, muitos deles puderam participar, não só como dirigentes, mas professores, chefes de departamento. Com um grupo grande de pessoas que pode participar, esse processo ganhou outra dimensão, que foi a de ampliar a participação de todos nesse processo. Isso quer dizer que é um processo, absolutamente, novo. A Márcia, Assistente Acadêmica, deve ter vivido bastante isso, mas, muitas vezes era um processo mais centralizado em chefias de departamento, ou em algumas Unidades eram centralizadas em áreas específicas. Então, estão falando de outro processo que pode ter consulta pública. Em sua Unidade teve todo um processo de assembleias para discutir o assunto. Isso depende da Unidade e sua tradição para esses processos. Possuem prazos. A CPA ampliou esses prazos diversas vezes, conseguiu uma ampliação dos prazos junto ao Conselho Estadual de Educação. Terão que apresentar isso, não é só para a avaliação departamental e para a avaliação docente, mas, também, para compromissos externos que a USP tem junto ao Conselho Estadual de Educação. Diz que foi membro da CAA. Os processos serão avaliados pela CAA, com certeza. Lembrando que devem ser encaminhados 44 (quarenta e quatro) Projetos Acadêmicos, mas os Projetos dos Institutos e Museus. Isso vai somar 54 (cinquenta e quatro) instâncias da USP. Está contando um pouco isso, porque, talvez, seja prudente ouvir o que o Prof. Poveda falou, que esse vai e volta da Comissão, às vezes, é muito desgastante para as Unidades. Fala isso, também, olhando para a Unidade de onde vem. Ter um processo que chega à CAA e não está devidamente instruído. A CAA não tem parâmetros para discutir os Projetos Acadêmicos, porque isso é novo para todos. Antes, a Comissão Permanente de Avaliação tinha instrumentos únicos para todas as Unidades. Se a Senhora Diretora, por exemplo, entrar lá e no site da CPA, porque ela tem acesso, vai ver que o que tinha da Faculdade de Direito anteriormente estava enquadrado em pequenos extratos. Tem algumas considerações em relação ao processo. Leu, tentou ler com cuidado, isso que recebeu. Então, todo esse processo que estavam discutindo para ela é novo, aqui e agora. Está

641

642

643 644

645

646

647

648

649 650

651

652 653

654 655

656

657 658

659 660

661

662

663

664

665 666

667

668

669

670

671

672 673

674

675 676

677 678

679

só colocando isso, porque, talvez, seja mais prudente terem um esforço de na semana que vem, terem outra Congregação. Diz à Senhora Diretora que sabe, já ouviu ela dizer, que é esta Congregação que vai definirá inclusive isto. Está só assinalando que, talvez, devessem olhar, ouvir o que o Prof. Poveda colocou. Está entendendo, inclusive, como uma proposta; porque, efetivamente, embora dia 21, essa data não conhece, mas, neste dia a CAA se reunindo para recebê-los, não avaliará de uma vez os 54 (cinquenta e quatro) Projetos Acadêmicos. A Senhora Diretora diz que à Profa. Silvana que só gostaria de dizer dois pontos. São da área do Direito, além de serem conhecidos por "data vênia", são obrigados a respeitarem prazos. Pessoalmente, se sente extremamente muito mal, não tendo observado o prazo que foi designado para a entrega. Todos devem saber, tem formação de Procuradora. Antes de ser Professora, passou no concurso e começou sua vida como Procuradora. Perder prazo para eles significa perder o cargo. É muito, muito, muito grave. Mas, sente, realmente, vergonha de não ter entregado. Pode ser uma peculiaridade sua. Acha que não são todos aqui que tem formação de Procurador. Acha que muitos são Advogados. Não tem essa informação e ninguém lhe falou, se mais alguém perdeu o prazo. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco diz que cinco não entregaram inclusive, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A Senhora Diretora diz para verem como é difícil entre eles, Advogados, chegar a uma conclusão, cada um tem sua opinião e a sua opinião é a mais valorosa. Não tinha esse número. Exatamente, por isso, tinha muita vergonha de não ter entregado no prazo, até por ser uma Faculdade de Direito. De resto, o que a Congregação decidir, se submete à decisão do Colegiado. O Ac. Yan Bogado Funck diz que o fato é que está cansado de na Universidade de São Paulo e na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto ter essa falta de participação, de democracia, na elaboração de projetos e de normas. Esse Projeto, já foi falado, estava para ser colocado desde o ano passado, independente de quem foi a culpa de não ter colocado. O fato é que desde o ano passado sabiam que esse Projeto deveria ser feito e só começa a ser elaborado em maio desse ano. Em 23/05, final de maio, então, junho, julho e agosto para elaboração desse Projeto. Sendo que julho é um mês de férias e que é difícil a participação dos docentes e de discentes. Se tivesse a participação, também, seria impossível. Eles recebem uma consulta essa semana para dar opinião sobre a minuta e têm três dias para analisarem e enviarem resposta sobre esse documento. Os discentes dessa forma foram completamente impossibilitados de opinar sobre a Faculdade que querem para o ciclo de 2019 a 2022. O prazo que já não tinha sido cumprido acaba sendo um empecilho para que haja uma discussão ampla sobre esse tema. A Senhora Diretora retira-se da sala às 16h08 e o Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco assume a presidência a reunião. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco diz que a Senhora Diretora foi ao toalete e vai suspender os trabalhos por cinco minutos e já retomam. Às 16h18 foi reiniciada a sessão pela Senhora Diretora. O Ac. Yan Bogado Funck diz que, como estava falando, acabaram pondo um prazo que a acabou impossibilitando a discussão que poderia envolver todos os setores acadêmicos dos docentes e discentes. Inclusive, a política interna da Faculdade acaba sendo a mesma política que veem em outras instâncias do Município, do Estado. Falando uma questão pessoal de que participou estudando ano passado. Ano passado teve a elaboração do Plano

681

682

683 684

685

686

687

688

689 690

691

692

693 694

695

696

697

698 699

700701

702

703 704

705

706 707

708

709

710 711

712

713

714

715

716 717

718

719

Diretor daqui de Ribeirão Preto e, também, por uma questão de prazo que a Câmara e a Prefeitura diziam que tinham que ser feito até o final daquele ano, porque se não corriam o risco de consequências. Foi elaborado um Plano Diretor genérico, com uma discussão com sociedade, pró forma, e que é o que está com medo de ver aqui. Acabaram perdendo a chance de consultar as opiniões dos discentes, tal como já foi feito, por exemplo, no Projeto Político Pedagógico, que foi feita uma ampla discussão com assembleias, com estudos de comissão, com a participação discente. Acabaram elaborando o que lhe parece um Plano Acadêmico genérico que não especifica qual é a Faculdade que querem, qual o caminho querem para os próximos quatro anos. Essa questão da Faculdade acaba sendo repetido o mesmo tipo de atuação de falta de participação. De falta de poderem realmente participar das esferas de decisão da Faculdade. Até, ontem, recebe um pedido de acesso à informação que tinham feito para a Procuradoria da USP, confirmando que o pedido de acesso à informação necessitaria de esclarecerem a justificativa. Sendo que a lei de acesso à informação é clara em dizer que não é necessária a justificativa para o acesso à informação, ainda uma informação pública. Então, acabam compactuando com a não participação de discentes com um Plano Acadêmico feito "de cima para baixo", sem participação discente, e que lhe parece ser pro forma, ao invés de terem uma discussão de mérito mais elaborada. Nesse momento, às 16h45, o Ac. Yan Bogado Funck retirase da sala. O Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira diz que quer aqui defender os atos administrativos adotados pela Direção, Profa. Monica, que cumpriram, estritamente, como preconizado no Direito Administrativo. Na verdade, os atos formais foram adotados pela Comissão, foram regularmente avaliados pela Diretora na prática. Ela não só não extinguiu a Comissão como, meramente, ampliou a composição da Comissão. Todos os membros da Comissão, instaurada pela Portaria em junho, foram, devidamente, reconduzidos, na última etapa do trabalho. A única questão que se põe, é preciso dizer, é que o trabalho entregue na sexta-feira, circulado pelos membros da Comissão anterior à fatídica quinta. Que, agora, consegue entender que é fatídica. Diz à Senhora Diretora que antes, não conseguiria nem entender que isso geraria tanta celeuma, tanta correção do seu ato. O trabalho entregue, a minuta circulada pela Comissão, na sexta-feira anterior, não foi consensual. Teve as partes do Prof. Hirata, do Prof. Jair Cardoso. Não era um trabalho consensual. Esse trabalho, então, tinha seus méritos. E muito daquele trabalho consta deste Projeto aqui. Ele foi enfrentado por alguns encontros a mais pela Comissão ampliada. Isso é importante que se diga. Em segundo lugar, precisam, acha nesse momento, adotar uma postura de temperança, moderação. Possuem um trabalho que foi feito desde junho pela Comissão, que foi completado pela Comissão ampliada agora, e que precisa ser avaliado. Gostaria, apenas, de aderir ao encaminhamento proposto pelo Prof. Sebastiao Sérgio. Queria que votasse a proposta encaminhada pelo Prof. Sebastião Sérgio, para poderem, então, avaliar o Projeto Acadêmico. Agora, já são 16h50 e, com todo respeito às discussões preliminares que são tão relevantes para o bom andamento da Comunidade, mas precisam discutir o Projeto. Crê que a proposta do Prof. Sebastião não só é tecnicamente perfeita, mas mais adequada para que possam cumprir o prazo avençado com a Reitoria da USP. O Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso diz que a Portaria da direção saiu em junho, mas o

721

722

723

724

725

726 727

728

729

730

731 732

733

734

735

736

737 738

739

740

741

742 743

744

745

746

747

748749

750

751

752 753

754

755

756

757

758 759

seu Departamento foi que se preocupou com esta questão primeiro. Na primeira reunião de fevereiro desse ano já alertaram para isso. Comentaram o trabalho e conversaram com todo mundo. Convocaram os Departamentos em reunião fora do horário. Convidaram alguns professores dos outros Departamentos para acompanharem. Abriram uma consultam, via Google Forms. Fizeram e apresentaram um trabalho. Esse trabalho, é bom que se diga, na instrução dessa Portaria 7272 de 2016, começa na base. Primeiro ouve os Departamentos, com base nos documentos dos Departamentos é que a Comissão da Unidade vai fazer o seu Projeto. Na verdade, os Departamentos entregaram esses documentos. O seu Departamento entregou. A discussão foi pública. Discutiram lá esse documento e encaminharam. Não vai entrar em detalhes com relação ao prazo, forma, essa questão toda, acolhe as palavras do Prof. Ignácio e da Profa. Silvana. A Unidade é maior que isso, precisam respeitar a Unidade. Naquela reunião do dia 30, que estava marcada, ele estava naquela sindicância, correndo com mil coisas, não participou. Nessa reunião que seria, às 12h30, após a sindicância, tinha apontamentos, críticas ao Projeto da Comissão. Tinha apontamento e queria que fosse mudado um monte de coisas, para melhorar. Logicamente, mediante a complexidade, porque na Faculdade têm questões complexas, para evoluir e melhorar esse Projeto. Mesmo, porque, não ia extinguir e não conseguiria concluir em poucas reuniões. Causou essa estranheza, dessa alteração de Portarias e uma nova Comissão ampliada, em duas reuniões finalizou o Projeto que, em tese, contempla em partes algumas questões e outras não. Mas, conversando com alguns professores de seu Departamento, não entendem que o Projeto do Departamento foi contemplado nesse Projeto. Discussões à parte, acha que deveriam pensar na Unidade. Pensando na Unidade, acha que deveriam seguir a pauta da reunião, por em votação o Projeto, aprova ou não, mas, em dois momentos. A aprovação formal para encaminharem à Reitoria, cumprir a tabela que se deve cumprir o prazo normal. Mas, não encerrar essa discussão, porque esse Projeto que está em pauta para aprovação não está bom. O anterior não estava bom. Iriam para essa reunião para discutirem e melhorar, já tinham o material e tal. Foi de certa forma, mudado, e a técnica adotada no primeiro relatório foi uma. A técnica para esse foi outra diferente. Acredita que uma discussão como essa não se esgota em poucas reuniões, com poucas questões. Acha, sinceramente, até por conta da hora, melhor votar essa questão. Quem é contra, vota contra. Quem é a favor, vota a favor. Se aprovado, encaminha isso, mas com uma proposta de não encerrarem. Encaminham e esperam o retorno da Comissão. Acha que deve manter essa Comissão. Se aprovado, encaminhar isso. Já na segunda, abrir uma discussão aqui e chamam os discentes como eles estão pedindo; chamam os docentes. Ampliar e, realmente, prosseguir no amadurecimento desse documento, porque não está bom. Infelizmente, não é o desejo de todos, e os Departamentos não estão contemplados, talvez, cem por cento. Sem críticas, logicamente. É difícil fechar um documento como esse. Mas, em nome da Faculdade, em nome do interesse público, podem votar. Pode ter as suas restrições, tem algumas sérias dúvidas com relação a alguns itens aqui, mas votaria pela aprovação, pelo encaminhamento para o bem da Faculdade, mas com a proposta de não encerrar a discussão e não esperar o retorno de lá. O retorno, logicamente, vai vir "metralhando" o documento que não está bom. Mas, prosseguem

761 762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775 776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

na discussão com o objetivo de melhorarem essa questão. Precisam ter a humildade de entenderem que devem caminhar, porque isso aqui é processual, não se esgota em poucos contatos. Tem que amadurecer, vai levar mais tempo. É a favor a esse documento, mas, pela Unidade, com o desejo de prosseguir pela discussão. A Senhora Diretora diz que, na sua visão, acha que nenhuma proposta acadêmica se esgota. Ela está sempre em movimento, no sentido de aprimoramento, pelo menos das escolas que se prezam e que buscam a excelência. Buscam manter a excelência. A sociedade é dinâmica. A sociedade exige mais, cada vez mais e diferente. Os sentimentos e os interesses são diferentes. Aqui, como uma universidade pública, precisam atender as demandas. Por isso, acha que nenhum Projeto Acadêmico se esgota no documento frio que é apresentado. Ele está sempre se renovando, se auto renovando. Essa é a sua opinião. O Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso diz que está perfeito e concorda plenamente. Diz que a proposta inicial da Senhora Diretora foi votar ponto a ponto. Acha que devem aprovar esse documento, para encaminharem essa questão e abrir uma reunião a posteriori, com mais tempo, para discutirem o ponto a ponto. Acha interessante chamar a comunidade toda, os alunos. Acha que é uma discussão mais ampliada para uma discussão geral. Aprovar o documento e acha que cumprem com o dever. A Senhora Diretora pergunta se pode colocar em votação. Diz que tem alguns pontos de uma proposta que receberam que o Prof. Alessandro quer falar. Tem uma proposta que é muita boa, o objeto foi uma omissão, mas não foi proposital. O assunto é importante hoje. Se o assunto não era há vinte anos, hoje, é muito importante. O Prof. Dr. Alessandro Hirata diz que a proposta é do aluno de Graduação, Lucas Fernandes da Costa. Como foi dada a consulta a toda comunidade da Faculdade, tiveram essas manifestações. Em relação aos valores da Faculdade é importante a inclusão do valor "Diversidade". Tem aqui uma explicação, de que "Pluralismo" e "Igualdade" não englobam o valor "Diversidade". A "Diversidade" tem um perfil diverso, que a seu ver, faz bastante sentido. A outra manifestação do Yan, agora não está presente, é em relação aos verbos, da forma no cumprimento das metas. Onde se diz "estimular a realização" e não "incentivar", isso tem bastante relevância. Que é, realmente, vago. Obviamente, pode ser aprimorada essa redação. Até tinha comentado isso, também, à Profa. Silvana. Em relação aos "Perfis Docentes" que também estaria vago. Mas, em relação aos "Perfis Docentes", acredita que não é só a descrição que está ali, de cada um dos perfis. Mas, ela se complementa com as atividades e com as porcentagens dos perfis docentes que estão na página 16 do Projeto. Então, aqui, na verdade, não é vago. O que se tem aqui é as porcentagens mínimas que devem ser efetuadas por cada docente. Aproveita para falar do método dessa porcentagem, porque permite ao docente, dentro dessas atividades, escolher as áreas das quais ele vai se dedicar mais, que é o intuito de toda essa avaliação e de todo o Plano Acadêmico, como o Prof. Ignácio havia ressaltado. Como o Prof. Ignácio e a Profa. Silvana disseram, isso daqui não é sozinho. Terão os projetos dos Departamentos e os projetos de cada docente. Isso daqui, obviamente, será complementado com essas outras instâncias. Aqui, permite que os docentes façam muitas coisas, porque a ideia é exatamente essa. Permite fazer, respeitando o mínimo que está na página 16, com todos os pilares da Universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão, que não é atividade fim, mas, que está prevista no Projeto, nesses

801 802

803 804

805

806 807

808

809

810

811

812

813814

815 816

817

818 819

820

821

822

823 824

825

826

827

828 829

830

831

832

833 834

835

836

837

838 839

eixos que foram propostos pela própria CAA. A Ac. Aline Lemos Reis Bianchini questiona se já vão votar. Diz que o Yan se ausentou em protesto, porque essa questão não foi disponibilizada para o corpo discente. Também, vai pedir a sua ausência. Nesse mesmo sentido, vai se recusar, porque não tem como discutir um assunto que não colocou em votação com os seus representados. Aprovaria a proposta do Prof. Poveda. Achou que estivessem discutindo isso, por isso permaneceu. A Senhora Diretora pergunta à Ac. Aline como pretende votar. A Ac. Aline Lemos Reis Bianchini diz que está se retirando. Nesse momento, às 16h58, a Ac. Aline Lemos Reis Bianchini retira-se da sala. A Senhora Diretora diz que, então, pela ausência, que tudo bem. Diz que gostaria de propor votar o Projeto para poder ser encaminhado. Na próxima Congregação, acha que terão tempo material para isso, ouvir, ou se quiserem trazer alguma coisa pronta, montar uma Comissão para discutir, eventualmente, com a Vice-Reitoria ou CAA, para discutir. Na hora que eles estiverem estudando, analisando o Projeto, eles vão chamar e estarão prontos para discutir e apresentar propostas de reorientação. Então, é isso. Gostaria que na próxima Congregação lhe fosse apresentada uma Comissão, exatamente para isso. Para poder depois discutir com a CPA eventuais alterações e reorientações no Projeto que faz melhoria da Unidade. A Profa. Dra. Silvana Martins Mishima pergunta se a Senhora Diretora colocará a proposta de encaminhamento da forma que está. A Senhora Diretora diz que é da forma que está. Nesse momento, às 17h, o Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias retirase da sala. O Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho diz que, então, gostaria de fazer uma proposta de encaminhamento diverso. Diz que é favorável a cumprirem o prazo. Mas, tem uma questão referente à Graduação que gostaria de destacar, acredita que seja grave e não possa ser encaminhada assim. Se puderem discutir esse destaque hoje, tudo bem. É só uma questão material, com respeito a colocar como objetivo da Unidade, a diminuição da carga horária do curso de Graduação. Como isso não foi discutido em nenhum momento na Comissão de Graduação, não poderá aprovar isso. É a única coisa que quer nesse Projeto. A Senhora Diretora diz que vai colocar em deliberação e em votação. Quem quiser, eventualmente, contestar, contesta. De qualquer forma, vai ser revisto. Porque, na próxima Congregação, aguarda a proposta de uma designação de uma Comissão para propor revisões temporárias, periódicas, desse Projeto Acadêmico para acomodar as necessidades da sociedade sempre em mutação. Colocado em votação, a Congregação aprova por maioria (oito votos favoráveis e três abstenções) a proposta do Projeto Acadêmico encaminhada pela Comissão Coordenadora do Projeto Acadêmico da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP. A Senhora Diretora diz que tem o seu destaque. A partir da próxima reunião. Pergunta qual é o destaque do Prof. Nuno. O Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho diz que todos os itens, com exceção deste, estão contemplados no Projeto Político Pedagógico, vigente na Faculdade. Aquele que nunca foi objeto de discussão no âmbito da CG e da Congregação, portanto, sugere que seja retirado do Projeto, é a frase: "Estudo para detecção de número excessivo de disciplinas e/ou de créditos, para que se proceda à redução do número de créditos total do Curso". Eliminar-se isto. Começaria assim: "O corpo discente deverá dispor de mais tempo...". Isto sim, porque isso faz parte do PPP. E o PPP já foi feito com essa finalidade.

841

842

843 844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856 857

858

859

860

861 862

863

864

865

866 867

868 869

870

871

872

873 874

875

876 877

878

879

Excluir no item 6 a expressão: "... o que também possibilitará a redução do número de créditos total do Curso, em função da eliminação...". Excluir isso. Para ele é suficiente, ademais está tudo bem. Colocados em votação, a Congregação aprova por maioria (oito votos favoráveis e três abstenções) os destaques propostos ao Projeto Acadêmico encaminhado pela Comissão Coordenadora do Projeto Acadêmico da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP, a saber. inserir o valor "Diversidade" dentre os valores da FDRP-USP; referente às ações da Graduação: retirar a frase "Estudo para detecção de número excessivo de disciplinas e/ou de créditos, para que se proceda à redução do número de créditos total do Curso" e iniciar o item com "O corpo discente deverá dispor de mais tempo para se dedicar ao estudo..."; excluir a expressão "... o que também possibilitará a redução do número de créditos total do Curso, em função da eliminação de sobreposição de conteúdos"; na próxima reunião da Congregação, em 05/10/2018, designar uma Comissão para propor revisões temporárias, periódicas, desse Projeto Acadêmico para acomodar as necessidades da sociedade sempre em mutação. O Prof. Dr. Sebastião Sérgio Silveira diz que seu destaque é com relação ao perfil do corpo docente da Unidade. Com relação ao Professor Doutor 1, que acaba de chegar na Unidade, acha que não é razoável imediatamente o ingresso na Pós-Graduação. É um período de adaptação. É um período que ele vai construir o seu projeto de pesquisa, vai se consolidar. Então, acha que, ao menos para os dois primeiros níveis de Doutor, equipará-los aos outros em termos de Pós-Graduação. Pós-Graduação precisa de um pouco mais de maturidade, produção qualificada, sob pena de prejudicar inclusive o próprio Programa. Propõe, pelo menos para os dois primeiros níveis de Doutor, que proceda a eliminação dessa exigência de engajamento na Pós-Graduação. Ou, ao menos que se fixe um tempo para isso. Diz que pode por até como incentivo, mas não como exigência. O Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho propõe tirar somente de Doutor 1. Deixar o Doutor 1 com o ensino de Graduação e o Doutor 2 já colocar a Pós. Porque, assim, já será um prazo razoável. Podem, até, estar desestimulando a sua recepção. O Prof. Dr. Alessandro Hirata observa, concordando na verdade, por isso que no Doutor 1 a palavra colocada foi "engajamento" na Pós-Graduação, tanto stricto como em lato sensu. Não era necessariamente um credenciamento. Mas, não teria problema tirar e colocar "engajamento" em Doutor 2. Não foi pensando nesse sentido. Lato sensu, por exemplo, pode dar aula. Foi nesse sentido. Só está querendo esclarecer. Não foi no sentido de obrigar ninguém a se credenciar na Pós. Colocar "engajamento" no Doutor 2. Aliás, com a Profa. Maísa tem quorum novamente. Nesse momento, às 17h15, adentra a sala a Senhora Vice-Diretora, Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro. O Prof. Dr. Sebastião Sérgio Silveira diz que "engajamento" coloca no Doutor 2 e "exigência" no Doutor 3. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco comenta com o Prof. Dr. Sebastião Sérgio Silveira que não tem Doutor 3. O Prof. Dr. Sebastião Sérgio Silveira diz que jura que viu Doutor 3 aqui e pede desculpas. A Profa. Dra. Silvana Martins Mishima acha que, na leitura, o perfil "engajamento" e para o 2 efetiva atuação no ensino de Graduação e Pós, acha que protege os professores dessa Unidade. Porque "engajamento" pode estar. Hoje não tem mais a figura do docente em treinamento para a Pós-Graduação. Mas, lembra que, mesmo levando em conta as diferenças dentro da Universidade, os projetos serão comparados

881

882

883 884

885

886

887

888

889 890

891

892

893

894 895

896

897

898

899 900

901

902 903

904

905 906

907

908

909

910 911

912 913

914

915

916

917

918

num todo. Mas, diz que possuem mais conhecimento da realidade da Faculdade do que ela. Acha que teve uma preocupação no perfil em ter certa proteção do professor. Pode ter um professor que é credenciado pontualmente para uma orientação ou ter a opção de ser credenciado para uma disciplina de pequena carga horária. Algumas Unidades têm feito isso. Estar na Pós-Graduação, começar o engajamento, não precisa ser orientado pleno, depende de como está colocado. O Prof. Dr. Sebastião Sérgio Silveira diz que, em relação à Capes, ou é professor colaborador ou é permanente, não têm mais aquelas outras figuras. Não tem como, hoje, cadastrar um professor para fazer uma orientação. Na plataforma não tem. Assegura que não tem. Na plataforma não há como. Já teve a oportunidade de preencher a plataforma. Se permitir isso, na hora de lançar a orientação não tem como. Garante que já fez isso. Hoje a plataforma não permite mais isso. Ele pode ser coorientador, ai terá que cadastrar a orientação para outro. Orientador, não há como fazer uma orientação pontual no sistema da Capes hoje, infelizmente. Acha um absurdo. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco diz que gostaria de ponderar, apenas como reflexão. Estão falando de perfil, concorda. Inclusive, quando foi Presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade, a Profa. Monica sabe disso, até por conta de que o docente começa, tem que treinar e "vai ganhando massa muscular", tinham uma regra de progressividade no número de orientandos. Começava com 2. Depois que levava a conclusão com êxito o seu primeiro orientando no nível de Mestrado, ganhava uma terceira vaga no nível de Doutorado. E ia ter um limite de seis no caso de Doutor. O Associado ia de seis até dez. Essa ideia lhe parece correta, mas pensa, por outro lado aquilo que pode ser uma linha como algo em termos de ideais, no caso concreto pode não se concretizar e até representar um obstáculo. Porque pode ter um professor que está iniciando na Universidade, mas que já tem uma bagagem. Não se colocar no nível de Doutor 1 a exigência. Embora, como o Prof. Hirata colocou, "espera-se", enquanto que, no Doutor 2, "deve demonstrar". Esse "espera-se" não é mandatório. Mas, também não é obstativo. Acha que pode ficar assim. Tem essa interpretação. E trem isso, às vezes, a pessoa pode querer e não consegue. O "espera-se" já está contemplado. Deixaria do jeito como está. Se ele pedir, já mostrou o engajamento. Acha que para "levantar o sarrafo" é bom colocar. A Profa. Dra. Silvana Martins Mishima diz que não é um destaque. No item Pós-Graduação colocaram como objetivo o aperfeiçoamento do Programa de Mestrado e têm três itens que são relativos a alunos de Graduação. Não sabe qual foi a lógica. O objetivo é o aperfeiçoamento do Programa de Mestrado, mas, na ação está estimular os alunos de Graduação. No outro está estimular discentes de Graduação a participar de projetos de iniciação. O outro é estimular a publicação científica de alunos de Graduação e de Pós. A Senhora Diretora diz que um dos objetivos da Pós também é estimular a Graduação. Tanto é que tem que haver um link entre a Pós-Graduação e a Graduação. Isso é o programa PAE, o vínculo entre a Pós e a Graduação. A Profa. Dra. Silvana Martins Mishima diz que, talvez, a ação devesse ser mais clara nesse sentido. Diz que possuem esse vínculo em sua Unidade, mas não, necessariamente, possuem isso no Projeto. Mas, isso enquanto uma ação de Graduação. Não como uma ação de aperfeiçoamento do Programa de Mestrado. A Senhora Diretora diz que isso é na Pós-Graduação, porque é uma exigência da Capes. A Profa. Dra.

921

922

923

924

925 926

927 928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940 941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955 956

957

958

959

961	Silvana Martins Mishima concorda e diz que a realidade da Faculdade conhecem mais do que
962	ela. Conhece da sua Unidade, possuem dois Programa 7, um 6 e um 5, então, é outra realidade.
963	É um Programa só de Mestrado. A <u>Senhora Diretora</u> pede aos Chefes de Departamento que
964	estão aqui para trazerem alguma ideia sobre a estruturação de uma Comissão que possa,
965	efetivamente, discutir depois com novas propostas o Projeto Acadêmico junto com a CPA.
966	Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e dá por
967	encerrada la reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. Do que, para constar, eu,
968	Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco, Assistente Técnica
969	Acadêmica, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes
970	à Sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, quatorze de
971	setembro de dois mil e dezoito.